



## Advogado

### PORTUGUÊS

O texto a seguir se refere às questões de 01 a 04.

#### Fita verde no cabelo

Havia uma aldeia em algum lugar, nem maior nem menor, com velhos e velhas que velhavam, homens e mulheres que esperavam, e meninos e meninas que nasciam e cresciam.

Todos com juízo, suficientemente, menos uma meninazinha, a que por enquanto. Aquela, um dia, saiu de lá, com uma fita verde inventada no cabelo.

Sua mãe mandara-a, com um cesto e um pote, à avó, que a amava, a uma outra e quase igualzinha aldeia.

Fita-Verde partiu, sobre logo, ela a linda, tudo era uma vez. O pote continha um doce em calda, e o cesto estava vazio, que para buscar framboesas.

Daí, que, indo, no atravessar o bosque, viu só os lenhadores, que por lá lenhavam; mas o lobo nenhum, desconhecido nem peludo. Pois os lenhadores tinham exterminado o lobo.

Então, ela, mesma, era quem se dizia:

– Vou à vovó, com cesto e pote, e a fita verde no cabelo, o tanto que a mamãe me mandou.

A aldeia e a casa esperando-a acolá, depois daquele moinho, que a gente pensa que vê, e das horas, que a gente não vê que não são.

E ela mesma resolveu escolher tomar este caminho de cá, louco e longo, e não o outro, encurtoso. Saiu, atrás de suas asas ligeiras, sua sombra também vinha-lhe correndo, em pós.

Divertia-se com ver as avelãs do chão não voarem, com inalcançar essas borboletas nunca em buquê nem em botão, e com ignorar se cada uma em seu lugar as plebeinhas flores, princesinhas e incomuns, quando a gente tanto por elas passa.

Vinha sobejadamente.

Demorou, para dar com a avó em casa, que assim lhe respondeu, quando ela, toque, toque, bateu:

– Quem é?

– Sou eu... – e Fita-Verde descansou a voz. – Sou sua linda netinha, com cesto e pote, com a fita verde no cabelo, que a mamãe me mandou.

Vai, a avó, difícil, disse: – Puxa o ferrolho de pau da porta, entra e abre. Deus te abençoe. Fita-Verde assim fez, e entrou e olhou.

A avó estava na cama, rebuçada e só. Devia, para falar agagado e fraco e rouco, assim, de ter apanhado um ruim defluxo. Dizendo: – Depõe o pote e o cesto na arca, e vem para perto de mim, enquanto é tempo.

Mas agora Fita-Verde se espantava, além de entristecer-se de ver que perdera em caminho sua grande fita verde no cabelo atada; e estava suada, com enorme fome de almoço. Ela perguntou:

– Vovozinha, que braços tão magros, os seus, e que mãos tão trementes!

– É porque não vou poder nunca mais te abraçar, minha neta... – a avó murmurou.

– Vovozinha, mas que lábios, aí, tão arroxeados!

– É porque não vou nunca mais poder te beijar, minha neta... – a avó suspirou.

– Vovozinha, e que olhos tão fundos e parados, nesse rosto encovado, pálido?

– É porque já não estou te vendo, nunca mais, minha netinha... – a avó ainda gemeu.

Fita-Verde mais se assustou, como se fosse ter juízo pela primeira vez. Gritou: – Vovozinha, eu tenho medo do Lobo!...

Mas a avó não estava mais lá, sendo que demasiado ausente, a não ser pelo frio, triste e tão repentino corpo.

(ROSA, João Guimarães. *Fita verde no cabelo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998)

01) Entre “Fita verde no cabelo” e um antigo conto de fadas há o que chamamos de:

- Coerência.
- Paródia.
- Intertextualidade.
- Coesão.
- Plágio.

02) A avó de Fita-Verde:

- Já havia falecido quando a menina chegou a sua casa.
- Foi desfalecendo, conforme conversava com a neta, e morreu.
- Estava bem de saúde.
- Não há como afirmar se estava morrendo.
- Nenhuma das anteriores.

03) É característica do estilo de Guimarães Rosa a criação e recriação da linguagem, na forma de neologismos (novos vocábulos), do uso de gírias e da união de palavras novas e antigas. São exemplos desse estilo:

- Acolá, princesinhas, arroxeados.
- Rebuçada, encovado, defluxo.
- Meninazinha, peludo, borboletas.
- Buquê, sobejadamente, suada.
- Velhavam, inalcançar, encurtoso.

04) Assinale a alternativa em que o grau diminutivo tem valor afetivo:

- Meninazinha.
- Plebeinha.
- Princesinha.
- Vovozinha.
- Igualzinha.

05) O substantivo classificado como sobrecomum é aquele cuja forma única (um só gênero) é utilizada tanto para o masculino, quanto para o feminino. São substantivos sobrecomuns:

- Dentista, repórter, professor.
- Estudante, sujeito, menino.
- Vítima, indivíduo, cônjuge.
- Cobra, mártir, filho.
- Nenhuma das anteriores.

06) Nas sentenças:

Um Renoir custa caríssimo!

Ele gosta é de água que passarinho não bebe...

Vamos embarcar no trem das nove.

Estou morrendo de sede!

Temos:

- Metonímia, eufemismo, catacrese, hipérbole.
- Metáfora, catacrese, aliteração, pleonasma.
- Metonímia, antítese, hipérbole, paradoxo.
- Metáfora, assonância, silepse, hipérbole.
- Metáfora, sinestesia, ironia, onomatopeia.

07) As formas verbais de “competir”, “cabere”, “pôr” e “ouvir” na primeira pessoa do singular do presente do indicativo são:

- Compete, cabo, ponhei, ouço.
- Competo, caibo, ponho, ouço.
- Competi, cabe, coloco, ouvo.
- Competirei, caibo, porei, ouço.
- Compito, caibo, ponho, ouço.

08) Observe as sentenças:

I - Eu trabalhava naquele escritório.

II - Eu trabalhei naquele escritório.

Quanto ao uso dos verbos, podemos afirmar que:

- a) Em I, o verbo, no pretérito mais-que-perfeito, expressa uma ação que ocorreu no passado e foi concluída.
- b) Em II, o verbo, no pretérito perfeito, expressa uma ação que ocorreu no passado e foi concluída.
- c) Em I, o verbo, no pretérito imperfeito, expressa uma ação que ocorreu no passado e foi concluída.
- d) Em II, o verbo, no pretérito mais-que-perfeito, expressa uma ação habitual do passado.
- e) Em I, o verbo, no pretérito perfeito, expressa uma ação habitual no passado.

09) Assinale a alternativa que indica o uso correto do participio:

- a) Eu já tinha chego em casa quando você apareceu.
- b) Espero que você já tenha aceito minhas desculpas.
- c) Quanto do seu dinheiro já foi gastado?
- d) Maria havia pegado o ônibus para ir embora.
- e) Nenhuma das anteriores.

10) “A partir de amanhã, serão feitas alterações nos horários dos funcionários”. Uma outra forma de se dizer o trecho grifado, utilizando-se um pronome oblíquo (de acordo com a norma culta da língua) e mantendo-se o mesmo sentido é:

- a) Far-se-ão.
- b) Se farão.
- c) Farão-se.
- d) Fará-se.
- e) Se fará.

### MATEMÁTICA

11) Uma loja de roupas recebeu uma remessa com 200 camisas e 100 calças. Das peças recebidas, 10% das camisas estavam com um pequeno defeito e 7% das calças tinham problemas com o zíper. O total das peças com defeitos representa, em relação ao total de peças recebidas, uma porcentagem de:

- a) 27%.
- b) 20%.
- c) 17%.
- d) 10%.
- e) 9%.

12) O aumento salarial de certa categoria de trabalhadores seria de apenas 4%, após negociação esta mesma categoria conseguiu mais 60% de aumento sobre o percentual original de 4%. Desta forma, o percentual de reajuste conseguido foi de:

- a) 6,4%.
- b) 8%.
- c) 10%.
- d) 12,4%.
- e) 64%.

13) Uma aluna muito aplicada assiste em casa aulas de revisões de matemática de 5 em 5 dias e faz exercícios extras de 3 em 3 dias. As duas atividades são realizadas no mesmo dia, a cada:

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 20 dias.
- d) 30 dias.
- e) 45 dias.

14) Para organizar as cadeiras para uma palestra, 6 funcionários de uma escola, todos com a mesma capacidade de produção, trabalharam por 3 horas. Para fazer o mesmo trabalho, 20 funcionários, todos

com o mesmo rendimento dos iniciais, deveriam trabalhar um total de tempo, igual a:

- a) 1,8 minutos.
- b) 18 minutos.
- c) 108 minutos.
- d) 118 minutos.
- e) 128 minutos.

15) A forma fatorada da raiz quadrada de 3375 é equivalente a:

- a) 15.
- b)  $15\sqrt{8}$ .
- c)  $15\sqrt{15}$ .
- d)  $25\sqrt{3}$ .
- e)  $225\sqrt{15}$ .

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Sobre o tema controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Corte Suprema em ações de controle objetivo concentrado produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, inclusive, em relação ao próprio STF.
- b) Se a maioria dos Ministros votou pela procedência da ADI, mas não se obteve maioria absoluta dos votos, ainda assim a lei deverá ser declarada inconstitucional.
- c) Leis orçamentárias que materializam atos de aplicação primária da Constituição Federal não podem ser submetidas a controle de constitucionalidade em processos objetivos.
- d) A Fazenda Pública não detém prazo em dobro nos recursos extraordinários interpostos em ações diretas de inconstitucionalidade no âmbito dos Tribunais de Justiça.
- e) Os Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados.

17) Sobre o tema tribunais de contas, assinale a alternativa correta:

- a) O STF reputou inconstitucional o art. 46 da Lei nº 8.443/1992, que institui sanção de inidoneidade a particulares por fraude a licitação, aplicável pelo TCU.
- b) O TCU detém competência para decretar medida cautelar de indisponibilidade de bens, vez que o poder geral de cautela é reconhecido ao TCU como decorrência de suas atribuições constitucionais.
- c) Por ser órgão vinculado ao Poder Legislativo, reputa-se constitucional lei de iniciativa parlamentar que trate sobre os cargos, a organização e o funcionamento do Tribunal de Contas.
- d) Nos processos que tramitam no TCU é necessária a intimação pessoal da data em que será realizada a sessão de julgamento, sendo insuficiente que essa informação seja publicada em veículo de comunicação oficial.
- e) Os Tribunais de Contas possuem legitimidade para executar suas decisões que resultem em imputação de débito ou multa.

18) Sobre o tema organização do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) Lei estadual pode dispor sobre de criação, fusão, incorporação ou desmembramento de novos municípios, mesmo sem lei complementar federal que trate sobre o tema.
- b) Os serviços locais de gás encanado são prestados diretamente pela União ou indiretamente, mediante concessão.

c) Para que sejam alterados os limites territoriais de um Município é necessária a realização de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

d) A criação, organização ou supressão de distritos pelos entes municipais independe da observância das regras dispostas na legislação estadual.

e) Cabe intervenção federal por não pagamento de precatório judicial, mesmo quando o fato decorrer de insuficiência temporária de recursos financeiros, independentemente de omissão voluntária e intencional do ente federado.

19) Sobre o tema processo legislativo, assinale a alternativa correta:

a) Descabe, em lei orgânica de município, a normatização de direitos dos servidores, porquanto a prática acaba por afrontar a iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

b) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, aplicando-se essa regra também as medidas provisórias eventualmente rejeitadas.

c) É inconstitucional lei estadual, de iniciativa parlamentar, que autoriza o Estado-membro a indenizar as pessoas que foram vítimas de violências praticadas por seus agentes públicos.

d) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las ao Congresso Nacional em até cinco dias.

e) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.

20) Sobre o tema imunidade parlamentar, assinale a alternativa correta:

a) Parlamentares detêm imunidade formal quanto à prisão, mesmo em caso de condenação definitiva.

b) O STF reputa constitucional lei estadual que estabeleça que a remuneração dos Deputados Estaduais será um percentual sobre o subsídio dos Deputados Federais.

c) A imunidade material de parlamentar quanto a crimes contra a honra alcança ofensas irrogadas fora do Parlamento, mesmo quando não guardarem conexão com o exercício da atividade parlamentar.

d) Nos limites da circunscrição do Município e havendo pertinência com o exercício do mandato, os vereadores são imunes judicialmente por suas palavras, opiniões e votos.

e) Segundo julgado do STJ, é possível que o Juiz de primeiro grau, fundamentadamente, imponha a parlamentares municipais as medidas cautelares de afastamento de suas funções legislativas, devendo, no entanto, proceder a imediata remessa dos autos à Casa respectiva para deliberação.

21) Sobre o tema direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

a) Em recente decisão, o STF entendeu que ensino religioso nas escolas públicas brasileiras não pode ter natureza confessional, por ofensa ao preceito constitucional da laicidade do Estado.

b) O procedimento da “diferença de classes”, tal qual o atendimento médico diferenciado, quando praticados no âmbito da rede pública, não apenas subverte a lógica que rege o sistema de seguridade social brasileiro, como também afronta o acesso equânime e universal às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, violando, ainda, os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

c) Os prazos da licença adotante podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações.

d) Segundo recente decisão do ST, para que seja publicada uma biografia é necessária autorização prévia do indivíduo biografado, das demais pessoas retratadas ou de seus familiares.

e) O STF considerou inconstitucionais o art. 28, § 1º e o art. 30 da Lei nº 13.146/2015, que determinavam as escolas privadas o oferecimento de atendimento educacional adequado e inclusivo às pessoas com deficiência, sem cobrança de valores adicionais.

22) Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

a) Conforme orientação do STJ, a União é parte legítima para figurar no polo passivo de ação ajuizada para o ressarcimento de danos decorrentes de erro médico praticado em hospital privado credenciado pelo SUS.

b) Segundo julgado pelo STJ, o reconhecimento administrativo do débito pela Fazenda Pública não importa em renúncia ao prazo prescricional já transcorrido.

c) O prazo prescricional aplicável às ações de indenização contra a Fazenda Pública é a regra geral estabelecida no Código Civil, isto é, três anos.

d) Segundo orientação do STJ, o Estado não detém responsabilidade no caso de suicídio de preso, vez que se trata de hipótese de auto-lesão.

e) O termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de ação de indenização contra ato do Estado ocorre no momento em que é constatada a lesão e seus efeitos, conforme o princípio da *actio nata*.

23) Sobre o tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

a) A jurisprudência do STJ abona a possibilidade de que a indisponibilidade, na ação de improbidade administrativa, recaia sobre bens adquiridos antes da conduta tida como ímproba.

b) Para a condenação por ato de improbidade administrativa no art. 10 (dano ao erário), mostra-se dispensável a demonstração de que ocorreu efetivo dano ao erário.

c) Segundo orientação do STJ, a decretação cautelar da indisponibilidade de bens de réu em ação de improbidade está condicionada à comprovação de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo.

d) Segundo julgado STJ, na ação civil pública por ato de improbidade administrativa, não é possível aplicar a pena de perda do cargo a membro do Ministério Público, mesmo que seja adequada à sua punição.

e) Apesar dos escopos serem diversos, eventual punição administrativa do servidor faltoso acaba por impedir a aplicação das penas da Lei de Improbidade Administrativa.

24) Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

a) A rescisão do contrato administrativo poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, mesmo que só haja conveniência ao particular contratado.

b) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos.

c) A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou

com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

d) Segundo a jurisprudência do STJ, a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado pode ensejar sua punição e a rescisão do contrato administrativo, seguida da retenção do pagamento dos serviços já executados.

e) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado transfere automaticamente ao Poder Público a responsabilidade pelo seu pagamento

25) Sobre as Parcerias Públicos-Privadas (PPP), assinale a alternativa correta.

a) No procedimento licitatório de PPP não se admite inversão das fases de habilitação e de julgamento.

b) No contrato de PPP permite-se a delegação integral do exercício de poder polícia pelo Estado, compreendendo a transferência de todas as suas fases ou ciclos.

c) Permite-se o emprego de PPP para contratos cujo período de prestação de serviços seja inferior a cinco anos, desde que haja comprovação prévia da viabilidade econômica da concessão.

d) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, salvo se envolver execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

e) PPP é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

26) Sobre o tema desapropriação assinale a alternativa correta.

a) Segundo a jurisprudência do STJ, é possível a desistência da desapropriação a qualquer tempo, mesmo após ocorrido o trânsito em julgado, desde que ainda não tenha havido o pagamento integral do preço e que o imóvel possa ser devolvido sem que ele tenha sido alterado de forma substancial.

b) A imissão provisória somente poderá ser feita após efetivada a citação do réu.

c) Da sentença que fixar o preço da indenização somente caberá apelação com efeito devolutivo, independentemente da parte que interpor o recurso.

d) Os ônus ou direitos que recaiam sobre o bem expropriado não ficam sub-rogados no preço.

e) Aquele cujo bem for prejudicado extraordinariamente em sua destinação econômica pela desapropriação de áreas contíguas não terá direito a reclamar perdas e danos do expropriante.

27) Sobre o tema licitações, assinale a alternativa correta.

a) Para realização de licitação, a Lei Federal nº 8.666/1993 exige que o ente licitante detenha a disponibilidade financeira em caixa, no momento da abertura do certame, não bastando a previsão dos recursos no orçamento.

b) Conforme orientação do STJ, não deve ser reconhecida a nulidade em processo licitatório na hipótese em que, a despeito de recurso administrativo ter sido julgado por autoridade incompetente, tenha havido a posterior homologação de todo o certame pela autoridade competente.

c) Cabe à União legislar sobre as licitações públicas, sendo vedado aos demais entes federados editar normas específicas ou complementares.

d) Segundo orientação do STJ, não pode participar de procedimento licitatório a empresa que possuir em seu quadro de pessoal servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, todavia, o fato do servidor estar licenciado, à época do certame, acaba por ilidir a aplicação desta regra.

e) Segundo jurisprudência do STF, é constitucional lei estadual que exija, a título de habilitação em licitação, "Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor" do licitante participante.

28) Sobre as taxas, assinale a alternativa correta.

a) Segundo o STF, a taxa de renovação de licença de funcionamento é constitucional, desde que haja o efetivo exercício do poder de polícia, o qual é demonstrado pela mera existência de órgão administrativo que possua estrutura e competência para a realização da atividade de fiscalização.

b) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

c) O STF reputa constitucional taxa relativa aos serviços de prevenção e o combate a incêndios

d) A taxa não pode ser considerado um tributo contraprestacional, vez que não vinculado a alguma atividade estatal específica.

e) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que haja integral identidade entre uma base e outra.

29) Sobre os impostos municipais, assinale a alternativa correta.

a) Segundo julgado do STJ, o Fisco, verificando a divisão do imóvel preexistente em unidades autônomas, pode cobrar o IPTU sobre as novas unidades autônomas, desde que estas tenham sido previamente registradas no cartório de imóveis.

b) É inconstitucional a majoração do IPTU sem edição de lei em sentido formal, vedada a atualização, por ato do Executivo, em percentual superior aos índices oficiais.

c) Segundo entendimento do STJ, a restrição à utilização da propriedade referente a área de preservação permanente em parte de imóvel urbano afasta a incidência do IPTU, mesmo que o fato gerador da exação permanece íntegro.

d) Segundo jurisprudência STJ, a Planta Genérica de Valores, por conter dados indispensáveis à apuração da base de cálculo do IPTU, deve ser objeto de publicação oficial. A mera afixação da Planta de Valores no átrio da sede do município não supre a mencionada exigência

e) Segundo orientação do STF, O ISSQN não incide nas atividades realizadas pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde.

30) Sobre o tema imunidade tributária, assinale a alternativa correta.

a) O fato de o imóvel estar vago ou sem edificação é motivo suficiente, por si só, para retirar a imunidade tributária.

b) Os veículos automotores pertencentes aos Correios não são imunes à incidência do IPVA, mesmo que invocada suposta imunidade tributária recíproca.

c) Sociedade de economia mista com finalidade lucrativa e que for arrendatária de imóvel público também goza de imunidade tributária.

d) Os livros eletrônicos não gozam de imunidade tributária.

e) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

31) Sobre o tema prescrição, assinale a alternativa correta.

a) Segundo orientação do STJ, as ações indenizatórias por danos morais decorrentes de atos de tortura

ocorridos durante o Regime Militar de exceção são prescritíveis.

b) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

d) A renúncia da prescrição somente pode ser expressa.

e) A interrupção por um dos credores solidários não aproveita aos outros; mas a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

32) Sobre as obrigações, assinale a alternativa correta.

a) Índices negativos de correção monetária (deflação) não podem ser considerados no cálculo de atualização de obrigação não cumprida.

b) A solidariedade se presume e somente pode decorrer da lei.

c) Segundo orientação do STJ, a dívida de jogo contraída em casa de bingo pode ser exigível, caso seu funcionamento tenha sido autorizado pelo Poder Judiciário.

d) A cláusula penal compensatória funciona a um só tempo como punição pelo descumprimento e como compensação previamente fixada pelos próprios contratantes pelas perdas e danos decorrentes desse mesmo inadimplemento.

e) A cláusula penal e a cláusula penal moratória compensatória funcionam como pre-fixação das perdas e danos. Assim, a cominação contratual de uma multa para o caso de mora interfere na responsabilidade civil decorrente do retardo no cumprimento da obrigação.

33) Sobre o tema execução fiscal, assinale a alternativa correta.

a) O STJ possui entendimento de que é ilegítima a manutenção da penhora preexistente à concessão de parcelamento.

b) Segundo o STJ, o beneficiário da justiça gratuita pode opor embargos à execução fiscal sem garantia do juízo.

c) O redirecionamento feito no bojo da execução fiscal acaba por excluir a responsabilidade tributária da pessoa jurídica.

d) É incabível o oferecimento de seguro garantia em execução fiscal, como medida de garantia da dívida.

e) O pedido de redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular ou em ato que presuma sua ocorrência pressupõe a permanência do sócio na administração da sociedade no momento dessa dissolução ou do ato presumidor de sua ocorrência

34) Sobre o tema competência no processo civil, assinale a alternativa correta.

a) O STJ sedimentou o entendimento de que não há, em regra, interesse jurídico da Aneel para figurar como ré ou assistente simples de ação de repetição de indébito relativa a valores cobrados por força de contrato de fornecimento de energia elétrica celebrado entre usuário do serviço e concessionária do serviço público, afastando, a princípio, a competência da Justiça Federal para julgamento dessas causas.

b) Segundo o STF, compete à Justiça Comum pronunciar-se sobre a existência, a validade e a eficácia das relações entre servidores e o poder público fundadas em vínculo jurídico-administrativo temporário, todavia, descaracteriza a competência da Justiça Comum o fato de se requererem verbas rescisórias, FGTS e outros encargos de natureza similar.

c) Pacificou-se junto ao STJ que a Justiça Comum Federal é competente para julgar ação de consignação em pagamento intentada pela União, para afastar responsabilidade trabalhista subsidiária.

d) Incluem-se na esfera de competência originária da Corte Suprema o processo e o julgamento de ações

populares, especialmente quando ajuizadas contra atos ou omissões do Presidente da República.

e) Compete originariamente ao STF a execução individual de sentenças genéricas de perfil coletivo, inclusive aquelas proferidas em sede mandamental coletiva, cabendo essa atribuição aos órgãos competentes de primeira instância.

35) Sobre a Fazenda Pública em juízo, assinale a alternativa correta.

a) Pelo Novo CPC, não cabe condenação da Fazenda Pública nos processos em que sucumbir.

b) Apesar da Fazenda Pública usufruir de prazo em dobro, sua contagem, em regra, deve ser feita em dias corridos.

c) Segundo julgado do STJ, incidem os efeitos materiais da revelia contra o Poder Público na hipótese em que, devidamente citado, deixa de contestar o pedido do autor, sempre que estiver em litígio uma obrigação de direito privado firmada pela Administração Pública, e não um contrato genuinamente administrativo.

d) Em relação a decisão proferida contra ente federativo, a Fazenda Pública deve optar entre proceder pedido de suspensão ou interpor agravo, não sendo possível a adoção conjunta das duas medidas.

e) O STJ fixou entendimento quanto ao não cabimento de reexame necessário em sede de ação de improbidade administrativa.

